



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
Conselho de Assuntos Legislativos - CAL

Boletim CAL 41
Brasília, 09 de dezembro de 2011

SENADO

a) PRS 72 de 2010 – do senador Romero Jucá (PMDB/RR) – Alíquota zero do ICMS para produtos importados.

Tramitação: Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos e após Plenário. Na CCJ é relator do senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), ainda sem parecer.

A posição da Agenda Legislativa da CNI é convergente.

Procuramos agendar audiências com os senadores Eunício Oliveira (PMDB/CE), Humberto Costa (PT/PE), Renan Calheiros (PMDB/AL), Romero Jucá (PMDB/RR) e Armando Monteiro (PTB/PE), para levar a posição do setor produtivo, porém debates e votações de importantes temas no Senado, nessa semana, frustraram alguns encontros. Concretizaram-se as audiências com os Senadores Armando Monteiro e Romero Jucá. Encaminhamos a todos os senadores correspondência expondo a posição da CNI e de inúmeras Associações Nacionais de Indústria, favorável à aprovação do projeto.

b) PLS 628 de 2007 – do Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) Exclusão de juros sobre capital próprio da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS.

Tramitação: A proposta encontra-se na CAE em caráter terminativo, com parecer contrário do senador Eduardo Suplicy (PT/SP).

A posição da CNI é convergente.

Encaminhamos ao senador Armando Monteiro (PTB/PE) Nota Técnica favorável ao projeto, ao mesmo tempo em que solicitamos que requeresse vistas. O senador atendeu nossa solicitação.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
Conselho de Assuntos Legislativos - CAL

c) PLS 96 de 2010 – da Comissão de Serviços de infraestrutura – Isonomia entre empresas públicas sociedades de economia mista e empresas privadas nas concessões de serviços públicos.

Tramitação: Comissões de Assuntos Econômicos e Constituição e Justiça e Plenário.

A posição da CNI é convergente, com ressalvas.

Em reunião com a assessoria do senador Cyro Miranda (PSDB/GO) manifestamos a posição da CNI reafirmada em Nota técnica, ao mesmo tempo em que sugerimos fosse requerida vista na CAE.. Na reunião dessa semana a CAE aprovou parecer do senador Lindbergh Farias (PT/RJ) contrário à matéria. O projeto será encaminhado à CCJ. Encaminhamos solicitação ao senador Armando Monteiro (PTB/PE) sugerindo a relatoria na CCJ.

d) PLC 041 de 2009 – do então deputado José Pimentel (PT/CE), descaracterização da sucessão de empregador no caso de arrendamento ou de comodato do patrimônio de empresa à sociedade Cooperativa.

Tramitação: Comissões de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais. Na CAE foi aprovado parecer contrário do senador Armando Monteiro (PTB/PE). Na CAS será relatado pelo senador Cícero Lucena (PSDB/PB).

Posição da CNI, expressa na Agenda Legislativa da Indústria, é divergente.

Ante a impossibilidade de audiência com o senador Cícero, contatamos sua assessoria e após explicitar o posicionamento da CNI, deixamos Nota Técnica pela rejeição da matéria. O senador irá se manifestar.

e) PLS 92 de 2003 – do senador Paulo Paim (PT/RS), estabilidade provisória.: (i) Quando faltarem dois anos para a aposentadoria; (ii) seis meses ao empregado afastado em decorrência da prestação do serviço militar obrigatório; (iii) um ano aos empregados que concorrerem às eleições sindicais; (iv) seis meses após o retorno à atividade do empregado licenciado em razão do gozo de benefício da Previdência Social ou acidente de trabalho; (v) seis meses após o término de greve pelo cumprimento da lei; Reintegração e estabilidade por



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
Conselho de Assuntos Legislativos - CAL

seis meses ao empregado que ganha ação contra o empregador, em defesa de seus direitos sociais, assegurando-lhes a percepção de todos os vencimentos relativos ao período.

Tramitação: Terminativo na Comissão de Assuntos Sociais, com o relator senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)

Posição da CNI Divergente.

Em reunião com a assessoria do senador Rodrigo Rollemberg expusemos a posição da CNI, expressa em Nota Técnica fundamentada. Sugerimos, ainda, seja a matéria submetida à Comissão de Justiça.

Câmara dos Deputados

PLP 378 de 2006 - Fixa prazo para extinção da contribuição adicional de 10% do FGTS. De autoria do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame – PSDB/SP. Relatado pelo deputado Sandro Mabel-PMDB/GO, o projeto foi novamente pautado na CCJC nesta terça-feira e quarta-feira (06 e 07/12). **A CNI com posição favorável** ao parecer do relator articulou-se para que o deputado Efraim Filho (DEM/PB) solicitasse a inversão e defendesse o projeto. A inversão reposicionou o projeto para o item 1 após duas PEC's incluídas extra pauta, sendo que a primeira (PEC 215/2000) trata da Demarcação de Terras Indígenas, motivo pelo qual houve embate entre ruralistas e governo, o que não permitiu o avanço na pauta. O embate culminou em acordo, possibilitando a liberação da pauta para que o PLP 378/2006 possa enfim ser deliberado. A CNI continua articulando junto aos parlamentares membros da comissão no sentido de apoiarem o parecer do relator, aprovando a matéria.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
Conselho de Assuntos Legislativos - CAL

PLP 48 de 2011. Trata da Contribuição Social sobre Grandes Fortunas. De autoria do deputado Dr. Aluizio (PV/RJ), o projeto está sob a relatoria da Deputada Jandira Feghali (PC do B/RJ), com parecer pela aprovação na Comissão de Seguridade Social e Família- CSSF. **A CNI com posição contrária** à matéria envidou ações com deputado Darcísio Perondi (PMDB/RS) e Mandetta (DEM/MS) onde sugeriu a retirada de pauta. Houve encaminhamento do requerimento, no entanto a relatora e demais membros resistiram e negaram a retirada. Sendo assim, A CNI sugeriu ao deputado Arnaldo Faria de Sá que solicitasse a vista do projeto, impedindo sua deliberação. A matéria retorna à pauta da CSSF na próxima quarta-feira.

PL 6851 de 2010. Trata do custeio do vale transporte. De autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS), a matéria encontra-se na CDEIC sob a relatoria do deputado Antônio Balhmann (PSC/CE), com parecer pela rejeição. **A CNI com posição contrária** articulou junto aos parlamentares membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC apoio ao parecer do relator. A matéria foi rejeitada contra o Voto em Separado do deputado Ronaldo Zulke (PT/RS) pela aprovação do projeto, o qual foi derrotado, e ainda contra os votos do deputado Miguel Corrêa (PT/MG), Ronaldo Zulke (PT/RS) e Assis Melo (PC do B/RS). O projeto agora segue à Comissão de Trabalho – CTASP e depois à CCJC.